

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

URGENTE

PEDRO FARAH ROUSSEFF, brasileiro, solteiro, vereador do município de Belo Horizonte, RG 16.375.322 SSP/MG, inscrito no CPF/ MF sob nº 155.984.786.76, com endereço à Rua Almirante Tamandaré, nº 451, apt. 1000, Gutierrez, Belo Horizonte/MG, CEP 30441-086 BELO HORIZONTE, MG, endereço eletrônico ver.pedrorousseff@cmbh.mg.gov.br, vem respeitosamente perante V. Excelência, por meio de seus advogados (procuração constante no **DOC. 1**), com fundamento nos arts. 65 e 70 da Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008 ("LCE 102/2008") cc. com os arts. 145 e 153 do Regimento Interno deste e. Tribunal de Contas ("RITCE"), formalizar a presente

REPRESENTAÇÃO

COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR

em face do EDITAL FHEMIG/HMAL Nº 01/2025 , formulado pela FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Saúde – SES, com sede à Rodovia Papa João Paulo II. Cidade Administrativa, Edifício Gerais - 13º andar, 3777 - Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG, CEP 31630-903 , pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

I. PRELIMINARMENTE

A. DA LEGITIMIDADE ATIVA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DA PRESENTE REPRESENTAÇÃO

1. Conforme disposto no art. 65, caput, da Lei Complementar 102/2008, “[q]ualquer cidadão, partido político, associação legalmente constituída ou sindicato poderá denunciar perante o Tribunal de Contas irregularidade ou ilegalidade de atos praticados na gestão de recursos públicos sujeitos à fiscalização do Tribunal” Ressalte-se ainda que, nos termos do art. 70, “[s]erão recebidos pelo Tribunal como representação os documentos encaminhados por agentes públicos comunicando a ocorrência de ilegalidades ou irregularidades de que tenham conhecimento em virtude do exercício do cargo, emprego ou função, bem como os expedientes de outras origens que devam revestir-se dessa forma, por força de Lei específica”. De acordo com o art. 70, inc. IV da mesma LC 102/2008, têm legitimidade para representar ao Tribunal os agentes políticos do poder legislativo e membros do poder judiciário, i.e., os “Senadores da República, Deputados Federais e Estaduais, Vereadores e magistrados”.

2. No que se refere à legitimidade ativa, o denunciante é vereador devidamente eleito e no exercício do mandato (cf. Ata de Posse constante no **DOC. 2**), sendo parte legítima para denunciar perante este E. Tribunal de Contas e, portanto, devendo esta denúncia ser recebida como representação.

3. Sobre as condições de recebimento da representação, esta deverá seguir as normas da denúncia, quais sejam **(i)** ser redigida com clareza (art. 66, inc. I da LCE 102/2008); **(ii)** conter o nome completo, a qualificação, cópia do documento de identidade e do Cadastro de Pessoa Física e o endereço do denunciante (art. 66, inc. II da LCE 102/2008); **(iii)** conter informações sobre o fato e a autoria, as circunstâncias e os elementos de convicção (art. 66, inc. III da LCE 102/2008) e; **(iv)** indicar as provas que deseja produzir ou indício veemente da existência do fato denunciado (art. 66, inc. IV da LCE 102/2008).

4. No que se refere aos requisitos formais **(i) e (ii)**, a presente representação os cumpre, haja vista que trata-se de petição redigida de forma clara, constando a qualificação completa e contendo, na forma dos **DOCS. 3 e 4**, cópia do documento de identidade e do CPF do representante e comprovante de endereço do representante, respectivamente.

5. Já no tocante aos requisitos (iii), a presente representação versa sobre o EDITAL FHEMIG/HMAL Nº 01/2025 (“Edital”), formulado pela FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS (“FHEMIG”), que tem como objeto o seguinte:

2.1. É objeto deste edital a seleção de Pessoa Jurídica de Direito Público ou de Direito Privado Sem Fins Lucrativos com atuação na saúde para firmar instrumentos jurídicos com vistas a viabilizar a Cessão ou Permissão gratuita de uso de imóvel e a Doação de bens móveis de propriedade da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG), relativos ao Hospital Maria Amélia Lins (HMAL) situados no Município de Belo Horizonte/MG, conforme detalhamento consubstanciado no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

6. Trata-se, portanto, de fato de autoria da FHEMIG, que deve ser citada na figura de seu presidente, na forma do art. 7º, inc. III do Decreto nº 48.651, de 11 de julho de 2023, que contém o Estatuto da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais¹.

7. Por fim, no tocante ao requisito (iv) as provas e indícios veementes da existência do fato denunciado seguem constantes na forma do item “DO DIREITO”, infra.

B. DA COMPETÊNCIA DE FORO E DA COMPETÊNCIA MATERIAL

8. No tocante à competência, trata-se de representação em face de autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Saúde, sujeita à jurisdição desta Corte de Contas por força do art. 2º, inc. I da LCE 102/2008. *In verbis*:

Art. 2º – Sujeitam-se à jurisdição do Tribunal:

I – a pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens ou valores públicos estaduais ou municipais ou pelos quais responda o Estado ou o Município;

9. No caso ora em análise, a entidade que figura no pólo passivo – a FHEMIG – é autarquia estadual, vinculada à Secretaria Estadual de Saúde, responsável pela gestão de hospitais públicos do Estado de Minas Gerais e gerencia bens e valores públicos estaduais e, portanto, encontra-se sob jurisdição deste e. TCE/SP, sujeitas ao exercício de seu controle de legalidade. Sobre o controle de legalidade no âmbito dos Tribunais de Contas, ensina o Conselheiro **ANTÔNIO ROQUE CITADINI**:

¹ Na íntegra: “Art. 7º – Compete ao Presidente: [...] III – representar a Fhemig em juízo e fora dele”

O controle de legalidade que prioriza a apreciação da regular execução das leis por parte do governante, continua sendo um eficiente mecanismo para zelar pela boa gestão dos recursos públicos. Embora não seja hoje a única forma de eficiente controle, a verificação da legalidade é a base de toda boa gestão das leis orçamentárias. Afinal, cumprir rigorosamente as leis votadas no Parlamento, seguir à risca as disposições do orçamento, sem violação ou irregular gestão, é a primeira obrigação do administrador público. Verificar se os atos administrativos obedeceram estritamente às leis é a primeira responsabilidade dos órgãos encarregados do controle administrativo.

O controle de legalidade é priorizado pelos Tribunais de Contas, não obstante as Controladorias ou Auditorias também o exerçam. Essa forma de controle é mais destacada no modelo do Tribunal de Contas, embora a verificação de regularidade dos atos da Administração seja indispensável e utilizada mesmo em países que adotam o modelo de Controladorias, e geralmente se faça acompanhar de outras modalidades de controle².

10. No que se refere à competência material, trata-se de representação visando a suspensão do Edital, com pedido de medida cautelar. A competência atribuída a este Tribunal de Contas nos termos do art. 3º, incs. XVI e XVII da LCE 102/2008. In verbis:

Art. 3º – Compete ao Tribunal de Contas: [...]

XVI – **fiscalizar os procedimentos licitatórios, de modo especial os editais,** as atas de julgamento e os contratos celebrados;

XVII – fiscalizar contrato, convênio, ajuste ou instrumento congênere que envolva a concessão, a cessão, a doação ou a permissão de qualquer natureza, a título oneroso ou gratuito, de responsabilidade do Estado ou de Município;

11. A presente Representação versa sobre procedimento de chamamento público, convocada por Edital, a respeito de doação de bens móveis e cessão de uso de espaço público, cabendo, portanto, a apreciação deste e. Tribunal de Contas.

² CITADINI, Antônio Roque. *O Controle da Administração Pública*, 1995, Ed. Max Limonad, ps. 18/19.

II. DOS FATOS

12. Trata-se de Representação em face do Edital, formulado pela FHEMIG, que teve seu Extrato publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 08 de março de 2025 (**DOC.5**). Veja-se:

Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig

EXTRATO EDITAL FHEMIG/HMAL Nº 01/2025

Chamamento Público para seleção de pessoa jurídica de direito público ou de direito privado sem fins lucrativos com atuação na saúde para assinatura de termos com a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais objetivando a cessão ou permissão gratuita de uso de imóvel e doação de bens móveis

A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FHEMIG), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 7.088, de 03 de outubro de 1977, pela Lei Estadual nº 23.304, de 30 de maio de 2019 e pelo Decreto Estadual nº 48.651 de 11 de julho de 2023 e, considerando o disposto no Inciso III do §2º do Art. 18 da Constituição do Estado de Minas Gerais, na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Estadual nº 47.622, de 15 de março de 2019 e no Decreto Estadual nº 46.467, de 28 de março de 2014, torna pública a abertura de Edital para recebimento de propostas de PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO OU DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS COM ATUAÇÃO NA SAÚDE interessados em participar de processo de seleção pública para celebração de TERMO DE CESSÃO/PERMISSÃO GRATUITA DE USO DE IMÓVEL e de TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS, conforme as condições estabelecidas neste EDITAL FHEMIG/HMAL nº 01/2025 e nos seus Anexos, cuja íntegra encontra-se no seguinte endereço eletrônico: <https://www.fhemig.mg.gov.br>

O prazo para publicidade do Edital será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de publicação deste extrato no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais. A participação na presente seleção se dará exclusivamente por meio de peticionamento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, conforme as condições estabelecidas neste Edital. O prazo para apresentação das propostas será de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia útil subsequente ao término do prazo de publicidade. O objeto deste Edital é a seleção de Pessoa Jurídica de Direito Público ou de Direito Privado Sem Fins Lucrativos com atuação na saúde para firmar instrumentos jurídicos com vistas a viabilizar a Cessão ou Permissão gratuita de uso de imóvel e a Doação de bens móveis de propriedade da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG), relativos ao Hospital Maria Amélia Lins (HMAL) situados no Município de Belo Horizonte/MG, conforme detalhamento consubstanciado no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

Belo Horizonte, 07 de março de 2025

Renata Ferreira Leles Dias

Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais

9 cm -07 2050911 - 1

13. O objeto do Edital em referência é “a seleção de Pessoa Jurídica de Direito Público ou de Direito Privado Sem Fins Lucrativos com atuação na saúde para firmar instrumentos jurídicos com vistas a viabilizar a Cessão ou Permissão gratuita de uso de imóvel e a Doação de bens móveis de propriedade da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG), relativos ao Hospital Maria Amélia Lins (HMAL) situados no Município de Belo Horizonte/MG” (íntegra do Edital constante no **DOC. 6**).

14. O referido Edital, que tem sido questionado pela sociedade civil, funcionários do Hospital Maria Amélia Lins (“HMAL”) e por órgãos de fiscalização, requer a avaliação deste e. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, pelas diversas violações a disposições constitucionais e legais, conforme será apresentado *infra*.

III. DO DIREITO

III.A. DA VIOLAÇÃO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DO SUS E DA RESOLUÇÃO CES-MG Nº 064/2019

15. A cessão ou permissão gratuita de uso de imóvel e a doação de bens móveis do HMAL promovida pelo Edital viola, de início, o princípio da gestão democrática do Sistema Único de Saúde (“SUS”), positivado na forma do art. 198, inc. III da CRFB/1998. *In verbis*:

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

[...]

III - participação da comunidade.

16. Esse princípio foi regulamentado pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 (“Lei Federal nº 8.142/1990”), que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS. Nesse sentido, a Lei Federal nº 8.142/1990 cria duas instâncias colegiadas de gestão democrática, em cada uma das esferas de governo: (i) a Conferência de Saúde (art. 1º, inc. I da Lei Federal nº 8.142/1990) e; (ii) o Conselho de Saúde (art. 1º, inc. II da Lei Federal nº 8.142/1990).

17. No que se refere especificamente aos conselhos de saúde, dispõe o art. 1º, § 2º da Lei Federal nº 8.142/1990:

Art. 1º O Sistema Único de Saúde (SUS), de que trata a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as seguintes instâncias colegiadas: [...]

§ 2º O Conselho de Saúde, **em caráter permanente e deliberativo**, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, **atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros**, cujas decisões serão

homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

18. No âmbito do Estado de Minas Gerais, o conselho de saúde correspondente é o Conselho Estadual de Saúde ("CES/MG"), regulamentado pelo Decreto Estadual nº 45.559, de 03 de março de 2011. Ressalte-se: o CES/MG, como qualquer outro conselho de saúde, **tem caráter deliberativo – o que significa dizer que suas decisões, portanto, têm caráter obrigatório e vinculante em relação aos Poderes Constituídos, influenciando na discricionariedade do administrador público.**

19. No âmbito do CES/MG foi aprovada a RESOLUÇÃO CES-MG Nº 064, de 14 de outubro de 2019 ("Resolução CES/MG 64/2019", constante no **DOC. 7**), que "*dispõe sobre Organização Social (OS) para a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG)*". Essa resolução, aprovada pelo Plenário do CES/MG, avaliou a possibilidade de implementação de Organizações Sociais na gestão de hospitais da rede FHEMIG.

20. Nesse sentido, dispõe a Resolução CES/MG 64/2019:

Considerando: [...]

As Deliberações das Conferências Estaduais de Saúde de Minas Gerais que foram contrárias as Organizações Sociais (OS) e Parcerias Públicas Privadas (PPP), garantindo no Plano Estadual de Saúde de Minas Gerais, **a manutenção do SUS 100% público, como uma política de saúde pública, gratuita, estatal, universal e integral, impedindo e revertendo todas as formas de terceirização e privatização do SUS Estadual.**

O Parecer da Câmara Técnica de Gestão de Força de Trabalho do CES-MG, de 24 de setembro de 2019, que trata sobre a Organização Social (OS) para a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG), com recomendação de não aprovação da Organização Social (OS), resolve:

- **Não Aprovar a Implementação de Organização Social (OS) para Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG);**

- **Suspender o estudo de viabilidade de implantação de Organização Social (OS) na FHEMIG.**

21. Apesar de decisão colegiada definindo que a FHEMIG não poderia transferir para uma Organização Social - OS a gestão de seus hospitais, não houve a homologação da Resolução CES/MG 64/2019 por parte do Secretário Estadual da Saúde à época, Sr. Carlos

Eduardo Amaral. Essa decisão desrespeitou os princípios referentes à gestão democrática do SUS, em especial à Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012 do Conselho Nacional de Saúde ("Resolução CNS 453/2012", constante no **DOC. 8**), que aprova as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde.

22. A referida Resolução CNS 453/2012 dispõe, em sua segunda e quinta diretriz:

DA INSTITUIÇÃO E REFORMULAÇÃO DOS CONSELHOS DE SAÚDE

Segunda Diretriz: a instituição dos Conselhos de Saúde é estabelecida por lei federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, obedecida a Lei no 8.142/90.

Parágrafo único. Na instituição e reformulação dos Conselhos de Saúde o **Poder Executivo**, respeitando os princípios da democracia, **deverá acolher as demandas da população aprovadas nas Conferências de Saúde**, e em consonância com a legislação. [...]

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS DE SAÚDE

"Quarta Diretriz: as três esferas de Governo garantirão autonomia administrativa para o pleno funcionamento do Conselho de Saúde, dotação orçamentária, autonomia financeira e organização da secretaria-executiva com a necessária infraestrutura e apoio técnico:

(...) XII - o **Pleno do Conselho de Saúde deverá manifestar-se por meio de resoluções**, recomendações, moções e outros atos deliberativos. **As resoluções serão obrigatoriamente homologadas pelo chefe do poder constituído em cada esfera de governo, em um prazo de 30 (trinta) dias, dando-se lhes publicidade oficial**. Decorrido o prazo mencionado e não sendo homologada a resolução e nem enviada justificativa pelo gestor ao Conselho de Saúde com proposta de alteração ou rejeição a ser apreciada na reunião seguinte, as entidades que integram o Conselho de Saúde podem buscar a validação das resoluções, recorrendo à justiça e ao Ministério Público, quando necessário."

23. Ainda que não homologada pelo Secretário de Saúde, entendemos que a Resolução CES/MG 64/2019 deve ser levada em consideração, especialmente considerando o disposto na Resolução CNS 453/2012, em especial o inc. XII da Quarta Diretriz.

24. No caso em tela, além do certame ora impugnado ter ocorrido sem a consulta prévia ao CES/MG – **que já se posicionou publicamente contra a cessão do HMAL**³ – ele viola diretamente a Resolução CES/MG 64/2019. Isso porque o Edital autoriza, em seu item 2.2., a participação de organizações sociais – equivalentes à OS – no chamamento público. Veja-se:

2.2. Considera-se Pessoa Jurídica de Direito Privado Sem Fins Lucrativos aquelas organização regularmente constituída como associação civil ou fundação, conforme o Código Civil Brasileiro, cujo objetivo principal é a realização de atividades de interesse público ou coletivo, sem distribuição de lucros ou dividendos, **sendo exemplos de entidades elegíveis Organizações da Sociedade Civil (OSC)**, Entidades Filantrópicas, Consórcios Público de Direito Privado, dentre outros, conforme exigências do ANEXO III – CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS.

25. Mencione-se que a participação dos Conselhos de Saúde nas decisões acerca da terceirização das ações e serviços de saúde, ainda que sem caráter autorizativo, deve ser garantida pelos administradores públicos. Veja-se, nesse sentido, o posicionamento do e. Tribunal de Contas da União, no âmbito do ACÓRDÃO 3239/2013 - PLENÁRIO:

Desconsideração pelos gestores estaduais e municipais das instâncias de controle social

Um dos pilares da justificação ao advento das organizações sociais foi o fortalecimento dos mecanismos de controle social, que serviria para tornar mais efetivo e confiável o controle por resultados. Para tal, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado previu a participação, no Conselho de Administração das OS, de representantes do Poder Público e de entidades da sociedade civil, além da adoção de mecanismos que privilegiassem a participação da sociedade tanto na formulação quanto na avaliação do desempenho da organização social. Segundo o antigo Ministério da Administração e Reforma do Estado (BRASIL, 1997):

Essa forma de parceria entre sociedade e Estado, além de viabilizar a ação pública com mais agilidade e maior alcance, torna mais fácil e direto o controle social, mediante a participação, nos conselhos de administração, dos diversos segmentos beneficiários envolvidos. As organizações nesse

setor gozam de uma autonomia administrativa muito maior do que aquela possível dentro do aparelho do Estado. Em compensação, seus dirigentes são chamados a assumir uma responsabilidade maior, em conjunto com a sociedade, na gestão da instituição.

Porém, além da falta de estudos prévios que demonstrem que a terceirização para organizações sociais é a opção mais vantajosa em cada um dos serviços transferidos, outro problema identificado no processo de decisão acerca da transferência ou não do gerenciamento dos serviços de saúde para entidades privadas é a falta de participação dos conselhos de saúde. Em muitos casos não há consulta às entidades de controle social, em outros há a manifestação contrária à terceirização, que não é atendida pelos gestores locais. [...]

Tendo em vista a importância da decisão de terceirização de serviços de saúde no SUS, é natural que se considere que tal decisão deva contar com a participação da sociedade por meio das instâncias colegiadas. [...] Com efeito, as instâncias colegiadas devem ser ouvidas nas decisões acerca da terceirização das ações e serviços de saúde, ainda que sem caráter autorizativo, assim como devem participar da fiscalização e controle da execução dos contratos de gestão. (TCU. **Acórdão 3239/2013 - Plenário**. Rel. Min. WALTON ALENCAR RODRIGUES. j. em 27/11/2013)

26. A completa falta de participação do CES/MG e da sociedade civil na deliberação da terceirização do HMAL fere o princípio da gestão democrática do SUS, fazendo com que o Edital deva ser suspenso, pelo menos até que o Governo do Estado e a FHEMIG demonstrem que foi garantida a participação da comunidade.

III.B. DA FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DE ECONOMICIDADE, VIABILIDADE E VANTAJOSIDADE DO OBJETO DO EDITAL DE TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DO HMAL

27. Não bastasse o Edital promover, sem a participação da comunidade, a terceirização do HMAL, o faz sem demonstrar, de forma clara, a economicidade, viabilidade e vantajosidade do projeto.

28. Como é cediço por esta Corte de Contas, a alienação de bens da Administração Pública, por meio de doação, deve ser realizada após avaliação da oportunidade e conveniência da doação. É o que dispõe o art. 76, inc. II, alínea "a" da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021. *In verbis*:

Art. 76. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

II - tratando-se de bens móveis, dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:

a) doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de oportunidade e conveniência socioeconômica em relação à escolha de outra forma de alienação;

29. A avaliação da oportunidade e conveniência socioeconômica da doação devem se dar a partir de critérios que permitam avaliar a economicidade, viabilidade e vantajosidade do projeto. Essas obrigações, que decorrem do art. 37, caput, cc. com art. 70 da CRFB/1988, exigem que o Poder Público justifique, por meio de estudos técnicos, os motivos pelos quais a terceirização dos serviços de saúde deve ser realizada. Cite-se o supracitado Acórdão 3239/2013 do Tribunal de Contas da União:

RELATÓRIO DE AUDITORIA OPERACIONAL. TRANSFERÊNCIA DO GERENCIAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE A ORGANIZAÇÕES SOCIAIS. FALHAS. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES. MONITORAMENTO. 1. Apesar de abrir mão da execução direta dos serviços de saúde objeto de contratos de gestão, o Poder Público mantém responsabilidade de garantir que sejam prestados na quantidade e qualidade apropriados. 2. **Do processo de transferência do gerenciamento dos serviços de saúde para organizações sociais deve constar estudo detalhado que contemple a fundamentação da conclusão de que a transferência do gerenciamento para organizações sociais mostra-se a melhor opção, avaliação precisa dos custos do serviço e dos ganhos de eficiência esperados, bem assim planilha detalhada com a estimativa de custos a serem incorridos na execução dos contratos de gestão.** 3. A qualificação de entidades sem fins lucrativos como organizações sociais deve ocorrer mediante processo objetivo em que os critérios para concessão ou recusa do título sejam demonstrados nos autos do processo administrativo. 4. A escolha da organização social para celebração de contrato de gestão deve, sempre que possível, ser realizada a partir de chamamento público, devendo constar dos autos do processo administrativo correspondente as razões para sua não realização, se for esse o caso, e os critérios objetivos previamente estabelecidos utilizados na escolha de determinada entidade, a teor do disposto no art. 7º da Lei

9.637/1998 e no art. 3º combinado com o art. 116 da Lei 8.666/1993. 5. As organizações sociais submetem-se a regulamento próprio sobre compras e contratação de obras e serviços com emprego de recursos provenientes do Poder Público, observados os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, sendo necessário, no mínimo, cotação prévia de preços no mercado. [...]9. **Os indicadores previstos nos contratos de gestão devem possuir os atributos necessários para garantir a efetividade da avaliação dos resultados alcançados, abrangendo as dimensões necessárias à visão ampla acerca do desempenho da organização social.** 10. A comissão a quem cabe avaliar os resultados atingidos no contrato de gestão, referida no §2º do art. 8º da Lei 9.637/1998, deve ser formada por especialistas da área correspondente (TCU. **Acórdão 3239/2013 - Plenário.** Rel. Min. WALTON ALENCAR RODRIGUES. j. em 27/11/2013)

30. Conforme consta no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, a FHEMIG apresentou uma justificativa teórica e generalizada. Afirma que: *“a permanência do Hospital na Rede Fhemig representa uma dissonância em relação ao papel estratégico estadual e regional da Fundação, pelo fato de o hospital atualmente não se destacar no território como referência para a média e a alta complexidade”* (item 2.6. do ANEXO I) e que o *“HMAL, embora localizado em área nobre para o setor da saúde, na região hospitalar da capital do Estado de Minas Gerais, área essa dotada de recursos fundamentais para a produção hospitalar, **não alcança a totalidade da capacidade instalada devido aos entraves e dificuldades inerentes à burocracia pública**”* (item 2.8. do ANEXO I).

31. Ainda segundo o ANEXO I, a cessão do HMAL *“está alinhada ao objetivo de proporcionar acesso a serviços de saúde de qualidade do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) e se fundamenta na necessidade de aumento na oferta de serviços assistenciais 100% SUS, com maior aderência às necessidades locais do SUS”* (item 2.10 do ANEXO I).

32. Em relação aos resultados esperados pela cessão, dispõe o ANEXO I:

5. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

5.1. A iniciativa abarca a cessão ou permissão gratuita de uso do imóvel do Hospital e a doação dos bens móveis.

5.2. Considerando os objetivos da iniciativa, tem-se abaixo os principais resultados esperados:

5.2.1. Adequação da estrutura cedida e bens doados às necessidades da rede SUS para cirurgias de média e alta complexidade, com redução das filas de procedimentos cirúrgicos eletivos;

5.2.2. Melhora da alocação de recursos públicos, em decorrência dos ganhos de eficiência administrativa oriundos da reorganização proposta, com redução significativa das despesas e com maior aderência às necessidades locais e regionais do SUS;

5.2.3. Ampliação do acesso a serviços assistenciais hospitalares 100% SUS para toda a Macrorregião de Saúde Centro; e

5.2.4. Melhoria das condições físicas do hospital em decorrência da possibilidade de realização de reformas, mediante aprovação em conjunto.

33. Percebe-se, portanto, que o Edital não apresenta, seja em seu texto, seja em seus anexos, a avaliação necessária para identificar e demonstrar as vantagens entre os diferentes modelos de administração do HMAL. Tal avaliação demandaria um levantamento detalhado sobre a oferta e demanda por serviços de saúde prestados pelo HMAL, o que incluiria a identificação de lacunas na assistência, o perfil dos atendimentos de urgência e emergência, a situação epidemiológica da população local e o fluxo de pacientes daquela região para outras partes do Estado.

34. Além de considerar o contexto assistencial e epidemiológico, bem como a distribuição dos serviços de saúde, seria imprescindível uma análise aprofundada do potencial da unidade hospitalar nas áreas estratégicas, a fim de evitar sua subutilização, cenário que se mantém há anos. Por último, seria necessário demonstrar as vantagens financeiras e operacionais da administração hospitalar por Organizações Sociais ou outros modelos em comparação com a gestão direta ou indireta pelo poder público – o que não foi feito.

35. No entanto, conforme consta no Edital e em seus anexos não há qualquer estudo detalhado sobre as demandas regionais, as deficiências na cobertura assistencial, as necessidades específicas de serviços de saúde prestados pelo HMAL ou os investimentos requeridos para ampliar a capacidade da rede. A transferência da administração de uma unidade hospitalar para uma entidade privada sem apresentar análises mínimas de viabilidade, sustentabilidade, economicidade e interesse público pode comprometer a própria gestão do equipamento, colocando em risco a qualidade dos serviços, a eficiência da administração e o atendimento à coletividade.

III.C. DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE DO PATRIMÔNIO PÚBLICO – DOAÇÃO DE BENS PÚBLICOS AVALIADOS EM 6,2 MILHÕES

36. Conforme o item 2.1. do Edital FHEMIG nº 1/2025 estabelece, também, a “Doação de bens móveis de propriedade da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG), relativos ao Hospital Maria Amélia Lins (HMAL) situados no Município de Belo Horizonte/MG, conforme detalhamento consubstanciado no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA”.

37. Nesse sentido, dispõe o item 2.5. do Edital:

2.5. A Pessoa Jurídica de Direito Público selecionada para a cessão gratuita de uso de imóvel ou a Pessoa Jurídica de Direito Privado Sem Fins Lucrativos selecionada para a permissão gratuita de uso de imóvel poderá receber a doação dos bens móveis indicados no ANEXO VI – RELAÇÃO DE BENS MÓVEIS DESTINADOS A DOAÇÃO, mediante assinatura do ANEXO V – MINUTA DE TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS.

38. Analisando o referido ANEXO V – MINUTA DE TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS, percebe-se que as condições de transferência são reguladas pela Cláusula Quarta. Veja-se:

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES E DA TRANSFERÊNCIA

Por este Instrumento e na melhor forma de direito, o DOADOR, por sua iniciativa e liberalidade, doa ao DONATÁRIO os bens descritos no Anexo VI, motivo pelo qual transfere o domínio, a posse e direitos que sobre os mesmos exercia, fazendo esta doação sempre boa, firme e valiosa, por si ou seus eventuais sucessores.

Subcláusula Primeira: A transferência, objeto deste Termo, opera-se sem encargo e de modo definitivo, admitindo-se sua revogação tão somente nos casos de rescisão por culpa do DONATÁRIO ou em comum acordo entre DOADOR e DONATÁRIO, quando os bens serão devolvidos ao DOADOR com vistas a não permitir a interrupção dos serviços assistenciais.

Subcláusula Segunda: A presente doação é gratuita, estando os bens objeto da mesma inteiramente quitados e livres de quaisquer ônus ou vínculos.

Subcláusula Terceira: O DONATÁRIO receberá os bens descritos no Anexo VI no estado em que se encontrarem, sem garantir manutenção e reposição, se for o caso.

Subcláusula Quarta: Os custos com o recolhimento dos bens descritos no Anexo VI correrão às expensas do DONATÁRIO.

Subcláusula Quinta: Os bens descritos no Anexo VI passam a integrar o patrimônio do DONATÁRIO a partir da data de assinatura deste instrumento.

39. O ANEXO VI, que contém a relação dos bens móveis objeto do ANEXO V - MINUTA DE TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS do Edital estão descritos no documento de Patrimônio Hospitalar situado no HMAL, disponibilizado na forma de planilha online (**DOC.**

9). Neste documento, percebe-se que o valor total dos bens transferidos para a entidade selecionada são avaliados em R\$ 6.218.140,01 (seis milhões, duzentos e dezoito mil, cento e quarenta reais e um centavo).

40. Trata-se, portanto, da transferência definitiva de domínio e posse de bens públicos avaliados em mais de R\$ 6,2 milhões de reais, sem critérios claros de oportunidade e conveniência apresentados para justificar esta doação, como visto supra.

41. Nesse sentido, estamos diante de evidente violação ao princípio da indisponibilidade do interesse público. Como é cediço por este E. Tribunal de Contas, o Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público estabelece que os interesses – e os bens – públicos não estão à livre disposição do administrador público, que tem o dever de zelar por eles e não pode renunciá-los ou transacioná-los livremente. Este princípio decorre diretamente da supremacia do interesse público, sendo implícito no art. 37 da CRFB/1988. Nesse sentido, anota CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO:

58. A indisponibilidade dos interesses públicos significa que, sendo interesses qualificados como próprios da coletividade - internos ao setor público-, não se encontram à livre disposição de quem quer que seja, por inapropriáveis. O próprio órgão administrativo que os representa não tem disponibilidade sobre eles, no sentido de que lhe incumbe apenas curá-los - o que é também um dever - na estrita conformidade do que dispuser a intentio legis.

Em suma, o necessário - parece-nos - é encarecer que na administração os bens e os interesses não se acham entregues à livre disposição da vontade do administrador. Antes, para este, coloca-se a obrigação, o dever de curá-los nos termos da finalidade a que estão adstritos. É a ordem legal que dispõe sobre ela. Relembre-se que a Administração não titulariza interesses públicos [...]

O titular deles é o Estado, que, em certa esfera, os protege e exercita através da função administrativa, mediante o conjunto de órgãos (chamados administração, em sentido subjetivo ou orgânico), veículos da vontade estatal consagrada em lei⁴.

42. Seguindo o princípio da indisponibilidade do interesse público, os bens públicos não podem ser alienados sem ser por que seja para o atendimento do interesse público. A aferição desse interesse deve ser feita por meio dos estudos que comprovem que a medida tomada é a adequada para consecução do interesse público. In casu, não há nenhum estudo que mostre que a medida seja adequada para a promoção da saúde, o que exige a atuação desta Corte de Contas.

II. X. DO PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR

43. Conforme dispõe o art. 95 da LCE 102/2008, “no início ou no curso de qualquer apuração, havendo fundado receio de grave lesão ao erário ou a direito alheio ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, o Tribunal poderá, de ofício ou mediante provocação, determinar medidas cautelares”. O art. 96 da LCE 102/2008 dispõe que, para fins do art. 95, constitui uma das medidas cautelares possíveis a “sustação de ato ou de procedimento, até que se decida sobre o mérito da questão suscitada” (art. 96, inc. III da LCE 102/2008).

44. No caso em tela, entendemos haver fundado receio de grave lesão ao direito e, portanto, os requisitos para a sustação do procedimento ora impugnado – o Edital – em sede de medida cautelar.

45. Havendo autorização expressa para remissão ao CPC na LCE 102/2008⁵, adotam-se os requisitos do Código de Processo Civil para concessão de medida cautelar, quais sejam, (i) o *fumus boni iuris* e; (ii) o *periculum in mora*.

46. Primeiramente, verifica-se o *fumus boni iuris*, pois há probabilidade do direito à saúde ser violado, na medida em que o fechamento do HMAL obstruirá o atendimento médico dos usuários do SUS.

47. Além disso, o *periculum in mora* se evidencia pelo fato do Edital prever como prazo final para apresentação das propostas o dia **28 de março de 2025**, correndo o risco de, uma vez apresentadas as propostas e assinado o termo de doação,

⁴ In. Curso de Direito Administrativo. 32^a ed. São Paulo: Malheiros, 2015, p. 76-77.

⁵ Cf. art. 97 da LCE 102/2008: “Art. 97 – As medidas cautelares previstas nesta seção serão regulamentadas no Regimento Interno, aplicando-se, subsidiariamente, o Código de Processo Civil”

48. Diante desses elementos, pugna-se pela concessão de medida liminar para a suspensão imediata da cobrança de tarifa de esgoto para moradores da periferia de São Paulo, na forma dos pedidos formulados *infra*.

IV. DOS PEDIDOS

49. Ante o exposto, requer-se desta e. Corte de Contas que, mediante procedimento próprio ou juntada da presente Representação nos autos de tomada de contas ou auditorias em andamento:

- a) conceda a medida cautelar solicitada, promovendo a suspensão liminar do Edital FHEMIG/HMAL nº 01/2025, até que sejam sanadas as irregularidades;
- b) promova a abertura de auditoria para verificar o impacto financeiro da cessão do hospital e dos bens públicos;
- c) determine que a FHEMIG apresente justificativas técnicas e financeiras que demonstrem o interesse público da medida.
- d)** cite, para fins de esclarecimentos regulatórios, a **FHEMIG**, na pessoa de sua Presidente, Sra. Renata Ferreira Leles Dias e;
- e)** em caso de violação das normas legais, contratuais e principiológicas que regem a Administração Pública Bandeirante, tome as medidas cabíveis.

Termos em que pede deferimento.

Belo Horizonte, 14 de março de 2025

CRISTÓVÃO CORRÊA BORBA SOARES

OAB/SP 509.644

DIEGO VIEIRA SILVA

OAB/MG 172.854